

– Títulos I e II). Concebe o trabalho constituinte como parte integrante da transição para o socialismo, defendendo que a Constituição, no seu artigo 9.º, deveria consagrar como uma das tarefas fundamentais do Estado a defesa da revolução e «proteger o regime democrático dos ataques da contrarrevolução», além de assegurar a participação popular na resolução dos problemas do país. Defende, então, uma Constituição que «tenha dentro de si a própria Revolução». Participará ainda nas discussões sobre direitos, liberdades e garantias. A 20 de dezembro de 1975 será substituído, por razões pessoais e profissionais, por Rogério Gomes Lopes Ferreira, conhecido como *Rogério Paulo*. Após os trabalhos constituintes, manteve-se ligado ao PCP e à CDU, dando publicamente o seu apoio em vários atos eleitorais. Com parte importante da sua vida dedicada à luta política e ao apoio aos presos políticos durante o Estado Novo, em 2014 foi um dos visados da homenagem aos advogados dos presos políticos nos Tribunais Plenários (1945-1974) organizada pelo Movimento Não Apaguem a Memória e a Assembleia da República.

Francisco Bairrão Ruivo

*Fontes e bibliografia*

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*; João Pedro Campos (coord.), *AAC - Os rostos do poder*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009; *Seara Nova*, n.º 1716 – Verão 2011.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**ALMEIDA, Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de**  
 (1924-2006)



Filho de José Paulo Patacho Ribeiro de Almeida e de Maria Luiza Ramos Ribeiro de Almeida. Nasceu na freguesia de São Nicolau, concelho de Santarém, em 19 de setembro de 1924, e morreu em Lisboa, em 18 de janeiro de 2006. Frequentou a Faculdade de Ciências de Lisboa, transitando posteriormente para a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde se licenciou, em 1951. Iniciou a carreira de advogado em Santarém, prosseguindo a sua atividade profissional em Lisboa, onde fixou residência. Na década de 60, abriu o seu escritório de advocacia. Simultaneamente, exerceu funções docentes no Ateneu Comercial de Lisboa. Ativamente envolvido no movimento associativo, foi dirigente de diversas instituições culturais e recreativas do seu distrito natal, de que são exemplo o Círculo Cultural Scalabitano, o Cineclub de Santarém e a Associação Académica de Santarém. Foi sócio do Grémio Literário, a cuja Mesa da Assembleia Geral presidiu. Aderiu ao Partido Popular Democrata (PPD) escassos dias após a sua fundação, em maio de 1974. No âmbito partidário, exerceu funções de destaque, nomeadamente as de vice-presidente da Mesa do Congresso e de presidente da Comissão Política Nacional, entre 1979 e 1981. Foi eleito deputado

à Assembleia Constituinte, pelo círculo de Santarém, tendo exercido as funções de vogal da respetiva Comissão do Regimento. As suas intervenções nos debates parlamentares constituintes incidiram fundamentalmente sobre questões de ordem jurídica, participando de forma ativa na discussão do parecer da 6.ª Comissão, responsável pela elaboração da proposta de texto constitucional relativa à Organização do Poder Político. Participou também na discussão dos preceitos constitucionais relativos aos direitos fundamentais, defendendo uma conceção personalista de raiz cristã, ao sustentar a inserção no articulado da Lei Fundamental relativo aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, da expressão “inviolabilidade da pessoa humana”, proposta pela sua bancada parlamentar, expressão que, segundo argumenta, reforça a «natureza e dignidade do homem», entendendo «que não é demais tudo quanto se possa inserir nesta Constituição para obrigar todos quantos porventura tenham a obrigação de a respeitar e o desejo de a respeitar, para impor a todos esses, dizia, a necessidade de terem sempre perante os olhos e a consciência um texto limitativo de qualquer arbitrariedade». Considera ainda que «a inserção neste texto da Constituição de uma expressão que é, porventura, a mais nobre aquisição de filosofia política dos últimos duzentos anos» é não apenas plenamente justificada, como decorrente de um dever ético dos deputados que, ao inscrever tal expressão na Constituição, ficariam «perfeitamente bem colocados perante o futuro e a história». Sucessivamente eleito deputado à Assembleia da República nas I (1976-80), II (1980-83), III (1983-85), V (1987-91) e VI (1991-95) Legislaturas, exerceu as funções de presidente do Parlamento, entre 8 de janeiro de 1980 e 21 de outubro de 1981, data em que é substituído pelo deputado do CDS, Francisco de Oliveira Dias. Foi reinvestido no cargo em 3 de novembro de 1982, que desempenhou até 30 de maio de 1983. Por inerência do cargo de presidente da Assembleia da República, integra o Conselho de Estado, órgão de consulta do presidente da República, criado na sequência da revisão constitucional de 1982. Entre 1985 e 1987, é convidado pelo primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva para integrar o elenco do X Governo Constitucional, assumindo a pasta da Defesa Nacional, para a qual, segundo o então chefe do governo, Ribeiro de Almeida se adequava, enquanto «personalidade respeitada e com perfil político de relevo, de modo a ser bem aceite pelos militares». Foi agraciado com as Grã-Cruzes da Ordem Militar de Cristo e do Infante D. Henrique, com a Comenda da Ordem do Mérito Civil de Espanha, com o grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito de França e com a Grã-Cruz da Ordem de Honra da Grécia.

Edmundo Alves

#### *Fontes e bibliografia*

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*; *Correio do Ribatejo*; *O Mirante*; Aníbal Cavaco Silva, *Autobiografia Política*, Vol. 1. Lisboa, Temas & Debates, 2002; Marcelo Rebelo de Sousa, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, 2 Vol., s. l., Bertrand Editora, 2000.

Sítios na internet: Ordens Honoríficas Portuguesas, disponível em: <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153&list=1>, consultado em 25 de março de 2016.